

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 14 de fevereiro de 2022 - Ata n.º 5.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **5.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.ª Deputados e Sr.ªs Deputadas. Sim, há Expediente a ser lido e vou fazê-lo.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 283/2022** da Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando que seja realizada no próximo dia 22 de fevereiro de 2022, às 14h30, em sessão de Audiência Pública,

no Plenário desta Casa de Leis, a apresentação formal, por esta Secretaria de Estado da Fazenda – Sefa, dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do 3.º quadrimestre de 2021, em cumprimento ao disposto no §4.º do art. 90 da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000; **Ofício n.º 744/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 732/2021, sendo convertido na Lei n.º 20883; **Ofício n.º 757/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 710/2021, sendo convertido na Lei n.º 20910; **Ofício n.º 762/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 692/2021, sendo convertido na Lei n.º 20902; **Ofício n.º 742/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 705/2021, sendo convertido na Lei n.º 20876; **Ofício n.º 786/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 777/2021, sendo convertido na Lei n.º 20921; **Ofício n.º 780/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 706/2021, sendo convertido na Lei n.º 20908; **Ofício n.º 751/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 726/2021, sendo convertido na Lei n.º 20881; **Ofício n.º 758/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 673/2021, sendo convertido na Lei n.º 20911; **Ofício n.º 777/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 535/2021, sendo convertido na Lei n.º 20893; **Ofício n.º 763/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 707/2021, sendo convertido na Lei n.º 20905; **Ofício n.º 771/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 691/2021, sendo convertido na Lei n.º 20904; **Ofício n.º 749/2021** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 734/2021, sendo convertido na Lei n.º 20885; **Ofício n.º 5126/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 3429/2021, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 5001/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 5283/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5115/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 7426/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 5114/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Compagás ao Requerimento n.º 7356/2021, do Deputado Alexandre Amaro; **Ofício n.º 5015/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6859/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5100/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6878/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5088/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7071/2021, do Deputado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 5087/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 6918/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5057/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 6034/2021, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 5060/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6922/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5023/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 7213/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 5004/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 7137/2021, do Deputado Bazana; **Ofício n.º 4956/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 6415/2021, do Deputado Subtenente Everton; **Ofício n.º 5106/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 1070/2021, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 5103/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 7270/2021, do Deputado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 5008/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 7277/2021, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 5032/2021** da Casa Civil, encaminhando resposta da Cohapar ao Requerimento n.º 7263/2021, do Deputado Goura; **Ofício n.º 19/2022**

do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 462/2021, sendo convertido na Lei n.º 20959; **Ofício Circular n.º 6/2021** da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica – Ministério do Desenvolvimento Regional, encaminhando relatório de segurança das barragens (RSB) 2020; **Ofício Circular n.º 265/2021** da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Ministério do Desenvolvimento Regional, informando que disponibilizou valores para a execução de ações de recuperação de infraestrutura destruída/danificada por desastre, para atendimento de pleito remetido por este Estado via sistema integrado de informação sobre desastre/S2ID; **Correio Eletrônico** da Plataforma +Brasil encaminhando, automaticamente, notificação na qual informa a liberação de recursos no valor de R\$ 3.734.838,80 para aquisição de 21 veículos referentes ao Convênio n.º 903055/2020, firmado entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná; **Correio Eletrônico** do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, encaminhando informações referentes à celebração de convênios; **Ofício n.º 66/2022** da Copel, encaminhando informações referentes às licitações promovidas no âmbito da Copel em dezembro/2021.

Comunicado: Comunico aos Sr.ºs Deputados que as Atas Resumidas das 2.ª, 3.ª e 4.ª Sessões Ordinárias, ocorridas na semana passada, estão disponibilizadas para leitura pelos Sr.ºs Deputados no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nas unidades dos gabinetes dos Sr.ºs Parlamentares. Decorrido o prazo de 24 horas para pedidos de retificação, estabelecido no §1.º do art. 7.º da Resolução n.º 19/2020, serão consideradas aprovadas e, assim, as íntegras das reuniões serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia, conforme estabelecido no art. 139 do Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Por solicitação do 1.º Secretário, Deputado Romanelli, o Grande Expediente de hoje será destinado para a apresentação dos objetivos e metas da Frente Política Negra do Paraná, com a participação da Sr.ª Clemilda Santiago Neto, Secretária-Geral da Frente Política Negra do Paraná e Secretária da Negritude Socialista Brasileira - PSB do

Paraná. Anunciamos aqui e agradecemos a presença da Sr.^a Elisa Ferreira da Silva, Secretária Administrativa e Financeira da Frente Política Negra do Paraná e Secretária Estadual do Movimento Negro do PDT-PR; da Sr.^a Maria Joana da Silva, Secretária de Mulheres Negras da Frente Política Negra do Paraná e Secretária Estadual de Combate ao Racismo do PT-PR; e de Diego Carvalho, Secretário da Diversidade Negra da Frente Política Negra do Paraná e Unegro do Estado do Paraná, membro do Pleno Estadual do PCdoB do Paraná. Agradecemos a presença dos convidados e de imediato, para que faça a saudação aos nossos convidados e convidadas, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas e prezadas visitantes e visitante que temos hoje aqui na Assembleia Legislativa. Claro que por conta das restrições impostas pela pandemia, adotamos um protocolo aqui de restringir, enfim, o acesso de pessoas, por isso que trabalhamos muito pontualmente. Então, peço desculpas, sei que teríamos muito mais pessoas a virem, mas a representação que temos hoje aqui, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é justamente de uma frente política nascida para enfrentar o tema que tem sido extremamente dominante nos dias atuais, que é o debate sobre racismo. Mas, quando se fala em racismo, vamos diretamente na população afrodescendente, que é indiscutivelmente a vítima do racismo. Claro que em outros momentos históricos, outros povos também foram vítimas do racismo, mas o racismo que estamos tratando, obviamente, é do que acontece no nosso País. Por isso, a professora Clemilda Santiago Neto, que é Secretária-Geral da Frente Política Negra do Paraná, foi escolhida para fazer o uso da fala neste Grande Expediente em nome dessa Frente. E as pessoas que a acompanham, a Sr.^a Elisa Ferreira da Silva, que é Secretária da Frente e que integra o PDT; da Sr.^a Maria Joana, que integra também, é Secretária de Mulheres da Frente e também Secretária Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores aqui no Estado do Paraná; e

Diego Carvalho, que é Secretário da Diversidade Negra da Frente Política Negra do Paraná e Unegro, e membro do Pleno Estadual do Partido Comunista do Brasil no Paraná. É uma honra tê-los aqui conosco nesta tarde na Assembleia Legislativa, e indiscutivelmente estamos aqui para ouvir, ouvir, naturalmente, a manifestação, que sei, foi construída de forma coletiva, mas que terá na pessoa e na voz da professora Clemilda, que é nossa companheira do PSB e que tem feito um grande trabalho de articulação, e no caso do Paraná muito fortemente na área da educação, e também, é claro, dos quilombolas, tratando dos temas que envolvem esses grupos populacionais do nosso Estado. O nosso Estado do Paraná tem, segundo o último Censo do IBGE, 22%, ou 26% da população que é de afrodescendente, é como aparece nesse novo Censo essa população em nosso Estado. O fato concreto é que não há de se falar em sociedade que possa ser justa, igualitária, se não tratarmos os desiguais como no princípio aristotélico, aos desiguais um tratamento desigual na exata medida da sua desigualdade. Temos que rememorar neste País a chaga do que foi a escravidão, e mais do que tudo, a criação de políticas afirmativas para que possamos fazer com que a população afrodescendente do Paraná e do Brasil possa efetivamente se desenvolver, dentro de tudo aquilo que é direito dessa enorme população, que forma na verdade o povo brasileiro. Por isso, para nós é uma honra tê-las e tê-lo aqui conosco hoje. Senhor Presidente, se o senhor me permite, a minha fala é essa, cumprimento a todos, inclusive aproveitando aqui a todos os Parlamentares que aqui estão presentes, inclusive os que estão no sistema remoto, para que todos os Partidos Políticos aqui, seja Partido que seja de centro, de centro-direita, de direita, de centro-esquerda, de esquerda, que criem, que estimulem a criação dos seus movimentos negros, porque essa pauta é uma pauta cidadã, é uma pauta de defesa dos direitos dessa população, e todos os Partidos têm, naturalmente, um corte em relação à participação. Então, fundamental é a mobilização de todos os Partidos, porque essa é uma pauta comum, independentemente da ideologia partidária, estamos tratando de um tema que é um tema transversal, é um tema que é absolutamente complexo, e na verdade sabemos que o Brasil padece de um racismo estrutural e esse é um tema que

alguns insistem em não reconhecer, mas sabemos a extensão e o tamanho do problema que temos. Então, Presidente, devolvo-lhe a palavra para que V.Ex.^a dê sequência aqui à nossa Sessão, cumprimentando mais uma vez e agradecendo pela presença de vocês que integram essa Frente Política Negra no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença aqui na Casa também do Vereador de Ponta Grossa, Paulo Balancin, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Seja bem-vindo. E neste momento concedo a palavra à Sr.^a Clemilda Santiago Neto, que apresentará os objetivos e metas da Frente Política Negra do Paraná.

SR.^A CLEMILDA SANTIAGO NETO: Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do Deputado Romanelli, cumprimento a Mesa. Agradecemos a oportunidade e este espaço para apresentar a nossa organização. Como o Deputado Luiz Claudio Romanelli já falou, temos aqui um documento que foi discutido entre todos os participantes da Frente. Então, a Frente Política Negra no Estado do Paraná é uma Organização Civil, sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com foro e sede no município de Curitiba, composta pelas lideranças dos movimentos negros organizados dos Partidos PSB, PSDB, PDT, PC do B, PT, Cidadania, PSD. Aqui queremos parar um momento para lembrar do nosso companheiro do PSD que faleceu, o qual representava esse Partido. Já solicitamos ao PSD que nos envie para alguém para compor conosco. É claro que o Jocimar Sanabria é insubstituível, mas não está mais conosco. Então, lembrando aqui do Jocimar, nosso companheiro e grande lutador na questão racial no Paraná, MDB, PP, PV e PSOL. Apresenta-se perante o Poder Legislativo do Estado do Paraná, o compromisso da organização é fazer ouvir as vozes de negras e negros, constantemente silenciadas, para que os direitos políticos conquistados e as políticas afirmativas sejam observadas em todos os espaços e especial nesta ilustre Casa. Em exercício pleno de democracia, respeitando a pluralidade de ideologias político-partidárias, com agenda política única, voltada à população negra na promoção da igualdade racial, para inserção de negras e negros nos

espaços políticos, com o objetivo principal do enfrentamento do racismo estrutural, que permeia toda a nossa sociedade. Os nossos objetivos consistem em refletir, articular, dialogar e contribuir para a construção de políticas públicas afirmativas, fortalecendo a participação da população negra nas estruturas democráticas paranaenses, em especial, nos espaços de poder e decisão e na representatividade político-partidária e parlamentar, com a finalidade de reconhecer e levar a conhecimento da sociedade paranaense, como essa população tem sido histórica e sistematicamente excluída das estruturas democráticas. Além disso, também pretendemos promover articulações políticas com órgãos e instituições, internos e externos, com vistas a garantir a intersectorialidade do controle social e a articulação com os Conselhos, para a promoção da igualdade racial, municipal e estadual, com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns, para o fortalecimento da participação da população negra, na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas a ela direcionadas, pois essas discussões não podem e nem devem acontecer sem a sua presença. Nada sobre nós, sem nós. O Brasil é um País que viveu menos de ¼ da sua história livre da escravização. Um País cultural e estruturalmente racista... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não. Para concluir.

SR.^A CLEMILDA SANTIAGO NETO: A própria democracia em que vivemos e pela qual temos lutado de forma tão ferrenha, especialmente, na atual conjuntura, nunca foi plena para a população negra brasileira. A população negra ainda é privada de direitos, dos mais básicos, como o direito à vida, considerando-se que o risco de um jovem negro morrer, de forma violenta no Brasil, é mais de duas e meia vezes maior do que a de um não negro. A maioria dos homicídios contra mulheres é contra mulheres negras. Os dados mais recentes apontam redução de 9,2% de feminicídios entre as não negras e aumento de mais de 54% entre as mulheres negras. Negros e negras são privados do direito à saúde com qualidade, tendo em vista, por exemplo, que mais de 60% das mulheres que morrem de

morte materna, por causas preveníveis e evitáveis, são mulheres negras. Essa mesma população não tem direito à cidade, pois a segregação que caracteriza as cidades brasileiras é explicitamente racial. E não por acaso é a população negra que ocupa as áreas de risco, de urbanização precária e pobreza extrema. Os dados do IBGE, Censo de 2010, demonstram que a população negra representa 62% da população, sem rede de abastecimento de água; 59% da população sem rede de esgotamento sanitário; 62% da população sem rede de abastecimento de água; 79% da população sem acesso a banheiro; e 69% da população sem acesso à coleta de resíduos sólidos. Esse quadro resulta em alta taxa de morbimortalidade da população negra, por doenças relacionadas à inadequação do saneamento, o que gerou de 1966 até hoje mais de 1 milhão de mortes evitáveis, o que equivale a queda de 40 aviões por ano ou ainda a 15 mortes de pessoas negras por dia no Brasil. Desse modo, compreendemos a necessidade de atuação sobre os mecanismos de poder, de atualização do racismo e das desigualdades raciais, incluindo a dimensão ambiental, as questões de saúde da população negra brasileira, de modo a coibir a ação eugenista e genocida do planejamento urbano. Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2018, 34% da população paranaense se declara negra, ou seja, preta ou parda. Esse índice populacional, no entanto, não se reflete na representatividade de lideranças negras na vida política do nosso Estado. Basta olhar para quem ocupa as cadeiras parlamentares desta ilustre Casa e ver a cor que predomina. Pelo Censo de 2010, 54% da população brasileira se declara negra, ou seja, preta ou parda, esse índice populacional majoritário, no entanto, não se reflete na representatividade de lideranças negras na vida política do País. Uma pesquisa na página de estatísticas, do Portal do Tribunal Superior Eleitoral, aponta que nas eleições gerais de 2018, as últimas para o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas Estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, 27,8% dos eleitos eram pretos ou pardos, sendo 4,28 pretos. Nas eleições municipais de 2020, essa proporção melhorou para 43,03%. Porém, é ainda um percentual muito baixo, quando se refere apenas a candidatas e candidatos pretos, especificamente, que constituíam somente 5,63% dos eleitos. Muitas são

as razões apontadas por historiadores e cientistas políticos para tamanha discrepância na representatividade política de negras e negros. A principal delas é o racismo estrutural, que permeia o tecido social do Brasil desde os seus primórdios e que fez a sociedade se organizar, deixando a população negra à sua margem. A escravização estruturou na sociedade brasileira um projeto de Estado-nação, profundamente marcado pelo racismo, culminando na exclusão da população negra, no exercício da democracia. Isso se reflete em obstáculos, que as lideranças negras encontram já nas fileiras dos partidos políticos, no caminho para serem indicadas para cargos públicos. O racismo, que estruturou o sistema de dominação, repercutiu na ausência de acesso à cidadania e à igualdade de direitos, incidindo diretamente nos índices de sub-representação da população negra, nas Casas Legislativas, nas estruturas do Poder Executivo e do Judiciário. Para corrigir essa distorção, são necessárias ações afirmativas, que permitam a inserção de pessoas negras nas estruturas de poder, em especial, na política, para que as lideranças negras sejam consideradas pelos seus respectivos partidos políticos como candidaturas viáveis. A Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, não foi uma benesse ao povo negro. Negras e negros escravizados lutaram por liberdade desde o momento em que foram sequestrados na África e trazidos à força para o Brasil. Estima-se, que em 1878, a população negra no Brasil era de aproximadamente 6 milhões de pessoas. Dessas, 4 milhões eram libertas ou alforriadas e 2 milhões eram de cativos escravizados. A lei, inclusive, foi editada por pressão da Inglaterra e do Movimento Abolicionista. O Brasil foi um dos últimos países a abolir formalmente a escravização no mundo. Negros e negras de escravizados passaram a libertos, mas essa ação do então Governo, naquele momento, era para manter a soberania nacional longe do domínio inglês. Por outro lado, para as pessoas escravizadas, foi uma conquista por liberdade. Há séculos lutava-se pela liberdade de trabalho, pela liberdade de ir e vir e, enfim, veio a liberdade tão sonhada. Mas, na realidade, no dia seguinte, já se mostrou bastante cruel, essa liberdade era uma utopia e ainda hoje nos encontramos em luta por ela. Em 2021, mais de 2.000 pessoas foram libertas em situação análoga ao escravizado e 80% eram pessoas negras. Mesmo após 134 anos de abolição

da escravização, a falta de reparação histórica faz com que aquela realidade não tenha mudado de modo significativo o que se vive na sociedade atual. A sociedade escravagista criou diversos estigmas que se reproduzem pelos grupos hegemônicos, até os dias de hoje, nas suas ações, nos seus olhares, no impedimento de que, mesmo sendo uma pessoa capacitada, não podemos ocupar determinados cargos. Ainda somos invisíveis na política, nos postos de maior remuneração e ainda somos tratados e tratadas, independentemente da escolarização, do posicionamento da vida, do conhecimento, como seres de segunda categoria. Queremos neste momento agradecer ao Deputado Luiz Claudio Romanelli por haver proposto esse debate, trazendo-nos aqui para subsidiá-lo. Agradecemos também o espaço e a oportunidade que nos foram concedidos por esta Casa Legislativa. É isso que fortalece a nossa luta, pois queremos crer que poderemos contar com os senhores e as senhoras ao nosso lado, para os enfrentamentos e embates que virão, e que, sem dúvida, auxiliarão no avanço de uma sociedade efetivamente antirracista e democrática para todos. Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Suspendo a Sessão por alguns instantes, para que possamos fazer as fotos com os nossos convidados.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito, Deputado Guto Silva.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Guto Silva; Michele Caputo; Soldado Fruet; Luciana Rafagnin; e Boca Aberta Junior.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é um prazer poder usar esta tribuna. Gostaria de fazer uma breve reflexão sobre um tema que tenho me aprofundado e, conseqüentemente, visitando algumas escolas, que é o tema da educação. No ano passado, à frente

da Casa Civil, tive o privilégio de percorrer diversas regionais da educação, em contato com professores, com educadores, com diretores, enfim, com a comunidade escolar. Presidente Traiano, fiquei estarrecido com os relatos desse retorno à sala de aula. O Estado se prepara, organiza-se com os protocolos, Deputado Gilson, para fazer essa acolhida às crianças e aos jovens. Entretanto, os relatos do comportamento, os relatos do que aconteceu na pandemia, merecem uma reflexão muito profunda. Vou aqui de forma muito breve colocar algumas questões, Deputados Galo e Luersen, que ouvi diretamente dos professores e diretores, que não foram casos isolados. Crianças se automutilando, muitos relatos de automutilação nas escolas. Violência doméstica, com violência contra as crianças. Os números foram soterrados pela pandemia, porque não tínhamos a presença do Estado nesse período, porque quando um professor vê uma criança, com qualquer tipo de problema em casa, problema do ponto de vista emocional, o professor tem essa condição de olhar e encaminhar para o Conselho Tutelar. Mas, nesse período de pandemia, os números do Conselho Tutelar despencaram justamente por não termos aulas presenciais. Recentemente, na semana passada, no primeiro dia de aula, estive visitando o Colégio João Bettega, aqui, no Novo Mundo, região Sul de Curitiba, onde a Diretora Vilma me recebeu e perguntei se continuavam esses problemas e ela: “Continua e precisamos nos unir como sociedade, porque os efeitos da pandemia sobre as crianças, do ponto de vista pedagógico e humano, são realmente muito brutais. É necessário podermos fazer esse acolhimento, podermos orientar a comunidade e podermos acolher também os professores nesse trabalho, que é um trabalho de ter um olhar diferenciado para essas crianças, sobretudo, agora, no pós-pandemia.” Com a Diretora Vilma e com os professores que lá estavam, perguntei de forma breve o que eles estavam sentindo e qual seria o horizonte da educação. Ela me relatou três pontos, Deputados Bazana, Arilson, Tadeu, que gostaria aqui de compartilhar com vocês. O primeiro é uma situação muito positiva, da qual ela nos colocou que de fato os muros das escolas foram derrubados. A pandemia uniu a comunidade escolar e cada vez mais nessa relação, seja por questões da tecnologia ou mesmo a presença dos pais na escola, há uma relação diferenciada. A escola está

mais aberta. O segundo ponto é que há um dilema brutal dos professores, em como se dará o uso da tecnologia, porque eles por um bom período de um ano, um ano e meio, ficaram estimulando o uso da tecnologia, o uso de celulares, de aplicativos, de *tablets*, de computadores. E, agora, como se dará esse processo pedagógico na sala? O professor usa tecnologia, não usa, permite que se use celular? Então, o aprendizado é um processo, do qual os professores, todos nós, vamos ter que conviver e aprender como dinamizar essa educação. Um ponto curioso é que a grande preocupação dos professores, da nossa rede estadual, é a questão da escrita, porque os alunos leem por meio do celular, os alunos compreendem por meio dos *tablets*, dos computadores, mas há um déficit da escrita, porque o não exercício da escrita prejudicou todo esse trabalho no acompanhamento da educação. Trago esses temas apenas para poder corroborar com o Deputado Hussein Bakri, com o Deputado Lemos, que têm essa pauta forte na educação. Quero acompanhar e poder ajudar, porque é uma pauta da qual não podemos fechar os olhos. Os efeitos da pandemia, o rebote da pandemia, será muito forte para os nossos jovens e crianças. Acredito que esta Casa, como bom espaço de debate, deverá ter essa reflexão muito profunda do aspecto emocional, humano, dos nossos jovens e crianças. Se o jovem e a criança são o futuro do Paraná e do Brasil, nada mais justo podermos ter esse olhar criterioso sobre a educação, porque tanto as crianças, quanto os professores estão encontrando um caminho para poderem avançar. E, por último, Presidente Traiano, gostaria apenas de relatar que, na última semana, 100 jovens do Paraná embarcaram aqui em Curitiba e foram para o Canadá, no programa *Ganhando o Mundo*. Jovens, alguns carentes, jovens dos mais diferentes municípios do Paraná, do pequeno ao grande, que tiveram a possibilidade de embarcar para o Canadá. Já estão no Canadá, tem lá o *link* no *Instagram*, *Ganhando o Mundo*... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Guto, um minuto para concluir.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): Para concluir. Por cinco meses estarão no Canadá estudando, aprendendo a língua e, o mais importante, sendo exemplos

para que outros jovens tenham a mesma possibilidade. Digo que é uma formação de líderes. Uma menina, não vou mencionar o nome e nem a cidade, relatou-me uma coisa que é extremamente emocionante. O Governador Ratinho também ficou emocionado com o relato. Ela é uma menina carente, proveniente do Bolsa Família, família de baixa renda, e ela nos relatou que todos os dias pegava a bicicletinha dela, andava dois quilômetros em cima do morro, na área rural, para pegar sinal de *Wi-Fi*, com o qual ela fazia aula de inglês pelo aplicativo, para estar credenciada a ir ao Canadá. Então, imaginem a transformação dessa menina, humana, mas também, quando ela voltar, de bons exemplos para outros jovens e crianças do Paraná. Presidente, era isso! Apenas gostaria aqui de... depois vou provocar o Deputado Hussein, o Deputado Lemos e todos os membros da Comissão de Educação, estou aqui enfileirado neste tema que acho crucial e importante, podermos zelar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, para concluir.

DEPUTADO GUTO SILVA (PSD): ... cuidar por nossas crianças e jovens do pós-pandemia. Viva a educação do Paraná!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputados e Deputadas. Hoje quero falar sobre uma situação que preocupa a todos nós que respeitamos a democracia e defendemos a paz no mundo, que é a questão da Rússia, o cerco que ela faz à Ucrânia. Estou mais feliz porque hoje organismos internacionais já sinalizam um possível recuo dos exercícios militares da Rússia. Espero que isso se concretize. Estou falando isso porque tenho muitos amigos ucranianos no Paraná, hoje o Paraná concentra 80% da população descendente de ucranianos, que chegaram aqui no nosso Estado em 1895, são quase 480 mil pessoas no nosso Estado, aqui na capital, em Prudentópolis, por exemplo, 75% da população descende de ucranianos, além de Irati, União da Vitória, Região Metropolitana, tem uma série, tem muitos paranaenses

descendentes de ucranianos importantes, a Helena Kolody, só na saúde citaria dois grandes exemplos, o Miroslau Bailak, Secretário Municipal de Cascavel, trabalhou comigo quando fui Secretário de Estado da Saúde, e a Márcia Huçulak, que é Secretária aqui de Curitiba, enfermeira que também tive o prazer de trabalhar... (Problemas na conexão.) Então, é importante isso porque... sabe, não sou daqueles que questionam a ida do Presidente, só que é tão perto Moscou de Kiev, que seria importante o Presidente também, se fosse possível, ajustar uma agenda lá com o Presidente da Ucrânia, por essa concentração, por toda a colaboração que os imigrantes, os pioneiros da Ucrânia trouxeram para o Paraná e para o Brasil, principalmente aqui no Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, uma população grande, gigante e que trouxe muita contribuição cultural, política, gastronômica, que tem um folclore riquíssimo, que ao longo da história sofreu em parte do regime stalinista e que hoje se vê ameaçada. E essas ameaças de Putin têm que ser levadas a sério! Há 10 anos ele invadiu e tomou a Crimeia. Então, espero que tudo isso se ajuste e é sempre melhor apostar na paz, agora é importante que nós que representamos o povo do Paraná também possamos falar em prol dos descendentes e da comunidade ucraniano no nosso Estado. Só quero hoje encerrar e parabenizar a Clemilda e todos que estão aí representando a raça negra e as mulheres e te mandar um grande abraço, está aqui comigo o Edson Lao, que é meu camarada de partido, o PSDB, ajudou a organizar no País o “Tucanafro” e é aqui representante do setorial Luiz Gama. Então, ele está mandando um grande abraço para você, Clemilda, e para todos que estão aí. Paz! Putin, pare de pressão militar! Na bala ninguém resolve nada, ok! A história está cansada desses exemplos. Viva a paz! Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e paranaenses que nos acompanham pelas redes sociais e canais da Assembleia. No último sábado, Sr. Presidente, estava em Cascavel e fui convidado por algumas lideranças ligadas aos CACs, que são os caçadores,

atiradores e colecionadores de armas. Nessa reunião, onde participaram alguns representantes de diversos clubes aqui, debatemos a necessidade de os atiradores possuírem um porte de arma, em especial pelo risco da atividade e para a proteção até do seu patrimônio, no caso as próprias armas e munições. Temos visto aí alguns estados, o Distrito Federal aprovando leis nesse sentido e, aliás, tramitam nesta Casa de Leis dois Projetos de Lei que tratam sobre o assunto. Ocorre, Sr. Presidente, que, como sabemos, os CACs também sabem, com certeza, a alteração na legislação estadual não muda a situação legal deles, o que eles precisam mesmo é uma alteração legislativa em nível federal, no famigerado Estatuto do Desarmamento. Os CACs têm sofrido em especial pelas abordagens policiais, que, mesmo sabendo estarem dentro da Lei, eles estão amparados pelo Decreto n.º 9.846/2009, que permite aos CACs transportar uma arma municiada para proteção do acervo quando se dirige a um clube ou evento esportivo, mas alguns policiais acabam por detê-los e conduzi-los até uma delegacia de polícia e, até que sejam liberados, já se passaram algumas horas e é todo aquele transtorno burocrático. Cabe lembrar que isso vem acontecendo mesmo estando os CACs completamente dentro da lei, Sr. Presidente. Considerando a importância de se regulamentar o porte de arma para os CACs e considerando que este assunto é competência da União, estou agendando para esses representantes dos clubes algumas reuniões com Parlamentares federais para que defendam isso no Congresso Nacional e que seja aprovada uma Lei Federal que altere o Estatuto do Desarmamento e garanta o efetivo exercício do direito aos CACs. Como disse, existe um Decreto Federal desde 2019 regulamentando o tema, mas, por não ser uma lei, algumas autoridades acabam interpretando de maneira equivocada. Por isso, precisamos lutar para que uma Lei Federal seja aprovada. Não preciso nem dizer, Sr. Presidente, que sou, sim, armamentista, defendendo que cada cidadão de bem, cada pai de família deve possuir uma arma para sua defesa e de sua família. Em um País onde os bandidos andam cada vez mais armados, é inadmissível que um homem de bem não possa ter uma arma de fogo para se proteger e proteger a sua família. Aos CACs e a todos aqueles que lutam pelo seu direito ao porte de arma, contem comigo! Sei que, como Deputado Estadual, não posso mudar uma

Lei Federal, porém posso buscar isso junto aos nossos colegas Deputados Federais e Senadores e vou estar aqui sempre que precisarem de nossa ajuda. Podem contar comigo, pessoal! Senhor Presidente, rapidamente, quero antecipar aqui, mudando de assunto, como diriam, *mudando de saco para mala*, amanhã os meus comentários nesta Casa serão sobre o *compliance* do Governo ou a falta desse *compliance* do Governo do Estado. E já antecipo também, Sr. Presidente, que questionarei sobre esse aditivo contratual que o Estado, por meio da Seap, está assinando com a UFPR. A Universidade, por meio da sua fundação, estaria recebendo mais de R\$ 11 milhões e 900 mil para a execução do concurso público para os soldados e bombeiros militares e agora, com uma suposta alegação de reequilíbrio orçamentário e financeiro, o valor está passando para mais de R\$ 14 milhões, quase R\$ 15 milhões, R\$ 3 milhões a mais para a Universidade, e tudo o que vimos desse concurso são reclamações sobre o não cumprimento de prazos. Ao que me parece, basta aí você fazer uma bobagem que o Estado o recompensa com um acréscimo contratual. Isso é brincar com o dinheiro público e com as dezenas de milhares de candidatos que esperam uma eficiência por parte da Universidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Por hoje é só.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Senhor Presidente, quero inicialmente também parabenizar a professora Clemilda pelo seu pronunciamento, parabenizar o Deputado Romanelli por trazer este assunto da discriminação da raça negra, discriminação que está muito presente nos nossos dias, nesses últimos anos. Há uma discriminação, um massacre, sabemos que a violência está muito presente e precisamos, sim, ir contra esse sistema que oprime, que massacra e que discrimina o negro em nossa sociedade. Então, parabéns à Clemilda pelo seu pronunciamento e a todas as lideranças que ali estiveram representando toda a raça negra, e também ao Romanelli, que trouxe este tema, que é um tema muito importante e que temos que fazer uma grande reflexão principalmente sobre os últimos acontecimentos na

nossa sociedade e nosso País, esta violência que está muito presente nos últimos anos no nosso País. E também, Sr. Presidente, quero aqui falar mais uma vez de um tema que é muito importante para todos nós, que é a questão da agricultura familiar com relação à estiagem que ocorre em nosso Estado, que ocorre nos três estados do Sul e que esta semana é uma semana de mobilização. As entidades da agricultura familiar, as nossas organizações da agricultura familiar têm trabalhado, Sr. Presidente, esta semana e têm trabalhado o dia 16 como o dia da manifestação na luta pela agricultura familiar, um apoio à agricultura familiar. Nesse dia estará sendo entregue e acontecendo mobilização em Brasília e nessa mobilização em Brasília será entregue a pauta principalmente à Ministra da Agricultura, mas será entregue a pauta ao Governo Federal, essa pauta mais em nível nacional. E também, Sr. Presidente, neste dia acontecerão várias mobilizações aqui no nosso Estado do Paraná, temos mobilizações já confirmadas na região Oeste, no sudoeste, na região Centro, Centro-Sul e noroeste. Então, é importante que os agricultores familiares que estão realmente passando por esta dificuldade neste momento também participem dessas mobilizações que vão ocorrer e é importante defender aqui esta pauta que será entregue, aqui em nível de Estado já foi entregue ao Secretário Norberto, já foi entregue ao Governador do Paraná, na qual a nossa agricultura familiar realmente pede socorre. Existe já há cerca de três anos esta estiagem, mas, principalmente nesses últimos meses, sabemos que ela trouxe grandes perdas para a agricultura familiar do nosso Estado. Se olharmos com relação à produção já do mês de janeiro, o Deral mesmo já anunciava a questão da perda de 8 a 9 milhões de toneladas de grãos, que significam soja, milho e também feijão. É importante dizer aqui que não está contado, nesse prejuízo todo, estima-se uma perda de R\$ 25 milhões a R\$ 30 milhões que deixam de existir no nosso Estado do Paraná pelos agricultores que trabalharam com a produção de grãos. E nesse contexto ainda não estão contabilizados os nossos agricultores que trabalham com produtos hortifrutigranjeiros e também com a produção do leite, outras atividades que são desenvolvidas pelos agricultores familiares e que não estão aqui contabilizadas. Se olharmos só um exemplo, Sr.^s Deputados, só um exemplo de perdas, vou citar

aqui o exemplo da família Escher, do Luciano Escher, que participa da Coaopa, que só na questão da produção de tomates houve uma perda de mais de 15 mil mudas de tomates, então imaginem o prejuízo todo que as famílias que hoje trabalham, principalmente que trabalham com cooperativas da agricultura familiar, as perdas que estão tendo. É importante que o Governo olhe com carinho, que atenda a esta pauta, que é uma pauta que neste momento, com relação ao Estado, pede-se um auxílio emergencial para salvar os agricultores familiares, pede-se também um apoio na questão da assistência técnica, que é necessária para os nossos agricultores familiares poderem continuar no campo. Então, a pauta que está sendo entregue e está sendo debatida em nível de Estado vai como primeiro ponto a política de proteção e conservação das fontes naturais e também pagamento por serviços ambientais prestados. Então, é muito importante que o Governo olhe para este ponto, assim como também... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Um outro ponto, o Item 2, é um programa de auxílio emergencial. Já falamos aqui que isso é muito importante para a sobrevivência da agricultura familiar. O terceiro é a identificação e fomento para os agricultores familiares que não acessaram recursos públicos por meio do crédito rural. Então, eles precisam desse apoio agora do Governo. E o quarto é essa questão da assistência técnica, que já comentávamos aqui. Esses são alguns dos pontos que estão sendo debatidos aqui no Estado, mas também existe essa pauta que queremos reforçar em nível nacional. E dizer que agora, durante esses três anos, não houve nenhuma manifestação por parte dos Governo, seja do Estado ou do Governo Federal, no intuito de auxiliar a nossa agricultura familiar e isso está levando a um empobrecimento no campo, está levando à falta de alimentos e vamos sentir muito a falta de alimentos na nossa mesa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Boca Aberta Junior.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Senhor Presidente, Deputadas e Deputados, muito boa tarde, todo o público nos acompanha. Hoje cedo, Sr. Presidente, tivemos lá em Londrina, antes de vir aqui para Curitiba, fizemos uma ação social da Família Boca Aberta, mais uma, porque simplesmente a Prefeitura de Londrina não disponibilizou ônibus para a volta às aulas dos alunos da rede pública da nossa cidade. O que aconteceu, Sr. Presidente? A demanda chegou até nós e temos um ônibus lá que fazemos uma ação social, Deputado Guerra, bem conhecida na cidade, que apelidamos de “leva e traz” e normalmente as pessoas nos ligam quando querem um jogo de futebol, quer fazer algum curso fora da cidade, alguma equipe, velório, enfim, Presidente. Fazemos de tudo lá! E disponibilizamos prontamente, Deputado Guerra, esse ônibus para buscar e levar essas crianças até as escolas de Londrina – no caso ali eram dois CMEIs, que são as creches lá do nosso município, e escolas de ensino básico da nossa cidade, que a responsabilidade do transporte é da Prefeitura de Londrina. A responsabilidade não é do Deputado Boca Aberta Junior, não é da Vereadora Mara Boca Aberta, que esteve conosco, Bazana, acompanhando-nos nesse trabalho que fazemos! Foi feito o transporte da manhã, acordamos às 5 horas e às 6 horas estávamos lá no Assentamento do Flores do Campo, na cidade de Londrina, que o nome já diz, é um assentamento, aquelas famílias lá cujas crianças estavam precisando ir às escolas, porque talvez seja a única salvação para aqueles alunos, não tiveram condições porque a Prefeitura não disponibilizou ônibus. Fomos lá, colocamos o nosso ônibus à disposição, a nossa equipe, ônibus que é meu e da minha família, pago com recursos próprios, gasolina, motorista, enfim, para fazer o transporte das crianças. Pois bem, às 6 horas estávamos lá prontamente, levamos os quase 40 alunos, quase 40 alunos de dois a dez anos, das mais variadas faixas. Inacreditavelmente, assim que fizemos o transporte, que já disse e volto a repetir que é de responsabilidade do município, da Prefeitura de Londrina, o Prefeito não colocou ônibus, disse que só vai colocar ônibus no dia 21, na segunda-feira que vem, e essas crianças não tinham condições de ir às

escolas. Na verdade, eles foram, Sr. Presidente, na semana passada, eles tiveram que andar seis quilômetros para chegar na escola, para ter acesso à educação básica, que é de responsabilidade do nosso município. E ainda vem, temos que escutar os responsáveis pelo transporte, que é no caso a Companhia Municipal de Trânsito de Londrina, conhecida como CMTU, vir falar que fizemos um transporte ilegal, que estávamos fazendo um transporte de crianças ilegal, de vulnerável, que vai processar, que vai investigar! Estamos fazendo o trabalho de vocês! Isso era responsabilidade de vocês! Esse não é o nosso trabalho, esse não é o trabalho do Deputado aqui, de nenhum dos senhores! Fomos apenas *estancar um sangue*, dar uma resposta imediata porque aquelas famílias têm pressa, aquelas mães precisam trabalhar, aqueles pais precisam trabalhar. Bairro esse que é um dos bairros mais carentes de Londrina, para quem não conhece, bairro esse que o Prefeito, a Prefeitura não disponibilizou saneamento básico, eles não têm água encanada, não têm energia elétrica... Olhem a situação que esse povo vive! Não tem energia elétrica, saneamento básico, não tem coleta de lixo, Deputado Arilson Chiorato, não tem asfalto, não tem sequer o básico do básico para que se possa ter uma vida digna e ainda agora a Prefeitura não disponibilizou, não deixou o ônibus à disposição para que essas crianças tenham também o básico que é essa educação que já não é uma das melhores, uma educação de qualidade que deveria ser, mas que de fato é uma obrigação e uma responsabilidade do município o acesso à educação, que essas crianças não teriam o traslado. Então a nossa família, a Família Boca Aberta prontamente, Sr. Presidente, foi lá e disponibilizou o ônibus, estive lá agora pela manhã, antes de vir para cá, para levar essas crianças às escolas, quase 40 alunos, e agora passou ao meio-dia, meio-dia e meia, a nossa equipe, com a Vereadora Mara Boca Aberta, que tem feito um brilhante trabalho lá, no CMEI, na Comissão do Transporte Municipal, que vou retornar aqui para falar amanhã sobre este tema, que também é relacionado ao transporte da nossa cidade, foram buscar as crianças... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir.

DEPUTADO BOCA ABERTA JUNIOR (PROS): Obrigado, Sr. Presidente! Para concluir. Então, gente, ficamos tristes porque é aquela coisa: se faz é porque é demagogo, é porque quer mostrar, enfim. Se não faz, é porque é mais um. *Ah, esse aí não serve para nada. Ih, só mais um! Boca Aberta Junior, Romanelli, ih, esquece!* Mas se faz é demagogo. Como que faz? Explica para mim o senhor, grande conhecedor aqui da nossa Casa, o que fazemos então se nada é tão bom? É de responsabilidade da C MPU. Por que eles não colocaram ônibus? Agora, vem falar que fizemos o transporte ilegal. Estamos falando da segunda maior cidade do Paraná. Estamos falando de Londrina, de uma arrecadação que bate 3 bi por ano. Você acha que o Prefeito não tinha condições de passar a mão no telefone e colocar ônibus para levar essas crianças para escola? Quem fez isso fomos nós, a família Boca Aberta, e vamos continuar fazendo. Enquanto o povo nos chamar estaremos prontos para atendê-los. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pela Liderança do PDT, Deputado Nelson Luersen.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Nelson Luersen (PDT); Ricardo Arruda (PSL); Tadeu Veneri (PT); Hussein Bakri (Governo); e Professor Lemos (Oposição).

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. O que me traz a esta tribuna, no dia de hoje, Sr.^s Deputados, é uma preocupação de toda população paranaense, uma preocupação das entidades, mas, principalmente, dos nossos agricultores que estão sendo severamente prejudicados pela estiagem, que prejudica o nosso povo do Estado, prejudica o agricultor, prejudica o cidadão que mora na cidade devido à crise hídrica também, porque em várias cidades do Paraná ainda estamos com dificuldades no abastecimento de água. Baseado nisso, Sr. Presidente, na semana que passou, fizemos um requerimento requerendo envio de expediente à Ministra da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, solicitando a ela apoio aos produtores rurais do Estado do Paraná que foram

severamente castigados pela estiagem. Agricultores que perderam a safra, agricultores que terão prejuízo enorme, muitos deles não têm seguro, não têm custeio. Então, acredito que este momento é o momento de o Ministério da Agricultura dar uma resposta rápida para que esses agricultores possam se recompor. Já vi várias entidades do Paraná, como Faep, Fetaep, Ocepar, fazer pedidos relacionados a esse assunto ao Ministério da Agricultura, e fizemos então esse envio de expediente à Ministra, disponibilizamos o bloco de assinatura, quero agradecer aos alguns Deputados que assinaram, e nesse requerimento solicitamos que o Governo Federal dê garantia do seguro rural e do Proagro, agilizando a sua liberação. Ontem, falava com o diretor de uma cooperativa e ele dizia que as empresas que cuidam do seguro agrícola estão com dificuldade de pessoal, estão com dificuldade para fazer a vistoria nas lavouras e liberar esse seguro agrícola, que tem que ser liberado o mais rápido possível. Também solicitamos a criação de linhas de crédito emergencial aos pequenos produtores que utilizam recursos próprios para despesas na propriedade, para que eles possam recompor a sua estrutura produtiva, custeio da atividade e a manutenção delas e de suas famílias. Precisamos agilidade nisso tudo, porque o pequeno agricultor ele não tem como se sustentar lá no campo sem ter um apoio de recursos financiados com juros subsidiados. Também solicitamos à Ministra a liberação das áreas agrícolas para novos cultivos. Precisamos agilizar a liberação do seguro, liberar as áreas para que os agricultores possam fazer o plantio da safrinha o mais rápido possível. E, também, solicitamos à Ministra mudança no zoneamento rural para o plantio da segunda safra de milho safrinha, com extensão até meados de março. A mudança deverá proporcionar um aumento nas janelas do plantio, e também solicitamos que se permita alteração na data definida para colheita da safra financiada, para possibilitar o custeio da safra seguinte. Então, são reivindicações, Sr. Presidente, que encaminhamos à Ministra da Agricultura Tereza Cristina e esperamos que sejam realmente aceitas e que sejam agilizadas, para que o produtor possa recompor as suas finanças e fazer o plantio novamente, dando ao Brasil a estabilidade no fornecimento de alimentos. O prejuízo com a estiagem foi, segundo o Deral, de mais de 24 bilhões, e soubemos,

Sr.^s Deputados, que esse prejuízo será repassado ao comércio, à indústria. E os Governos também serão afetados, porque terão as suas receitas comprometidas, mas mesmo assim vários Prefeitos, Vereadores, lideranças sindicais, na semana que passou, solicitaram-me para que fizéssemos uma reivindicação junto ao Governo do Estado, junto ao Secretário Norberto Ortigara, para que possamos fazer um programa de distribuição de semente de milho e adubo aos produtores para o plantio da safra verão, que inicia no mês de agosto. Sabemos que esse socorro é necessário, porque hoje no Estado do Paraná todos os produtores têm dificuldade devido à quebra de safra, devido à estiagem, mas o produtor de suíno vem enfrentando tremenda dificuldade, com um preço deixando a desejar. O custo de produção do quilo de suíno vivo hoje é em torno de R\$ 7,00 e o produtor vem vendendo esse mesmo suíno a R\$ 4,50. Então, corremos um sério risco de aquele produtor independente, que cria o suíno por conta, abandonar a atividade, trazendo um prejuízo muito grande a toda cadeia produtiva. E também preocupação grande, Sr. Presidente, com o produtor de leite. O pequeno produtor de leite está passando por uma dificuldade tremenda. Ele não conseguiu fazer a silagem porque o milho não tinha qualidade, não tinha nutriente, e tem hoje dificuldade na alimentação do gado leiteiro. Essa dificuldade é tremenda devido à elevação do preço da ração, do custo do medicamento, da manutenção do homem no campo. Então, também solicitamos ao Secretário Norberto Ortigara, e vou ter uma conversa com ele, sei que ele tem boa vontade nesse sentido. Claro, dependemos de recursos disponíveis pelo Estado, mas são programas que se fazem necessários, são programas que vão demonstrar que estamos ao lado do produtor rural, que estamos ao lado do produtor de leite. E o produtor de leite, se não tiver um incentivo, vai abandonar a sua atividade, principalmente aquele produtor menor, aquele que tem de 50 vacas para menos. Ele já vem com as finanças comprometidas, tem muito serviço, muito trabalho, é o dia a dia, é cuidar do rebanho, é ordenhar esse rebanho, é fazer com que esse rebanho tenha sanidade animal para fornecer um leite de qualidade ao povo do Estado do Paraná, e dando a sustentabilidade para as suas famílias. Então, são ações, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, que estamos trabalhando para que elas aconteçam o

mais breve possível, ou seja, junto ao Ministério da Agricultura e também essa reivindicação que estaremos levando ao Secretário Norberto Ortigara e ao Governador Ratinho Junior, para que possamos apoiar principalmente o produtor de leite neste momento de crise, neste momento de dificuldade, porque senão os pequenos municípios paranaenses vão sofrer consequências gravíssimas, com o desemprego, com o abandono da lavoura, engrossando quem sabe as favelas nos grandes centros. Seria isso, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados. Agradeço e agradeço o apoio que os demais Deputados nos deram nesse requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. Bem, o assunto de novo aqui hoje será o passaporte sanitário, porque entendo que é um Projeto de Lei muito importante, pois a maioria da população brasileira é contra esse passaporte. Atrevo-me a dizer que a maioria da população do mundo é contra esse passaporte, porque temos visto movimentações no mundo inteiro contra o passaporte, algumas gigantes até que para um Estado inteiro, porque as pessoas entendem que o passaporte não protege nada nem ninguém, porém tira o nosso direito, a nossa liberdade, e isso é muito grave, é um precedente gravíssimo contra a democracia, contra a nossa liberdade. É bom salientar que a grande maioria que é contra o passaporte são pessoas vacinadas, quer dizer, são a favor da vacina, mas contra o passaporte. É bom deixar bem claro isso. Os que jogam contra o passaporte sanitário geralmente são por questões ideológicas, geralmente de esquerda, que querem o quanto pior melhor, querem realmente impor, ditar regras e não aceitam o que está na Constituição Federal, o nosso direito adquirido de liberdade, o direito de ir e vir, o direito de escolha, o direito de expressão, enfim, não podemos perder a nossa liberdade. Quero aqui agradecer ao nosso Governador aqui do Paraná Carlos Massa Ratinho Junior porque age com bom senso, já deu entrevista dizendo que é contra o passaporte, que ele acredita que o passaporte não tem

utilidade realmente, mas a favor das medidas preventivas, e disse para mim também que esse Projeto de Lei sendo aprovado nesta Casa será sancionado pelo Governador. E não é só ele não. Em Rondônia já foi aprovado, já está proibido o passaporte sanitário em Rondônia. No Mato Grosso já foi aprovado, também, um Projeto de Lei que proíbe o passaporte, e está indo para o Governador sancionar. Santa Catarina não tem o passaporte, é proibido. Porém, só quando tiver eventos, *shows*, que eles pedem ou o passaporte ou o teste do Covid. Então, não obrigam apenas ter o passaporte. Creio, sim, que é uma tendência do Brasil e do mundo de todos proibirem essa imposição totalmente arbitrária. Ninguém fala, nenhum médico, a Ciência não diz que o passaporte protege alguém, e sabemos que não protege. Temos aqui dois Deputados médicos que devem saber muito bem disso, que o passaporte não protege ninguém porque tanto os vacinados como os não vacinados pegam e transmitem a Covid. É fácil ver um exemplo em Israel. Israel, Deputado Tercílio, já deram quatro doses de vacinas. Ok? E deu um surto de Covid. Se tivesse o passaporte obrigatório, as pessoas iam estar com o passaporte, vacinadas, transmitindo e pegando. Então, está na hora, já passou da hora de acabarmos com isso e deixarmos de perturbar e atrapalhar a vida das pessoas. São universitários que querem estudar e tem universidades proibindo, exigindo o passaporte. Não pode. Tem pais que querem matricular os filhos na escola, as crianças, e estão exigindo esse maldito e inútil passaporte. Não pode. Isso está atrapalhando o comércio também, está atrapalhando o turismo. Ora, vamos cair na realidade! O mundo está voltando ao normal. Vários países já estão tratando a Covid como uma endemia, não como pandemia mais. Está na hora de o Brasil parar de politicagem e agir realmente dentro da razão, dentro da Ciência. Outro assunto aqui que... que... Bom, é bom salientar que amanhã teremos aqui a votação do Projeto na CCJ. Creio, se Deus quiser, tudo correr bem, vamos sair vitoriosos. É óbvio que podem pedir vista, devem pedir realmente, mas como está em regime de urgência este Projeto vai continuar sendo avaliado rapidamente para que venha aqui na votação do Plenário. É bom também lembrar aqui que o jornal *Gazeta do Povo* fez uma pesquisa onde deu que 76% dos paranaenses são contra o passaporte de

vacinas, passaporte sanitário, e são a favor da vacina. Olhem só: 76% dos paranaenses contra o passaporte sanitário, apenas 24 são favoráveis. Devem ser os de esquerda, penso eu, 20, vinte e pouco por cento. Imagino isso, porque não é normal uma pessoa, em sã consciência, querer defender ainda, nos dias de hoje, um passaporte sanitário que já está mais do que provado que não protege nada e nem ninguém. Teria outro assunto para dizer aqui também a respeito... até teve um colega que falou aqui a respeito dos CACs. Já sou CAC. É o certificado, o CR para quem é atirador, colecionador e caçador. Já tenho esse documento há mais de 25 anos. E no Governo Bolsonaro isso expandiu muito. As pessoas de bem que queiram ter uma arma e ter o CAC, para que ele possa levar a arma quando vai ao estande de tiro, ir e voltar, e pode portar a arma nesse trajeto, ela municada, o que é importante para defender o patrimônio e a vida, então, isso aí tem ajudado muito. Hoje já temos quase 500 mil CACs no Brasil. Quer dizer que a população de CACs é maior do que todas as Forças Armadas do Brasil. Isso aí é uma evolução no nosso País, e vejam que contradição: enquanto aquele governo de esquerda desarmou o povo, mesmo indo contra a opinião popular, hoje, com esse aumento nas pessoas de bem armadas, diminuiu a criminalidade em 25% no nosso País. Isso prova que o que falavam antigamente que ter arma ia aumentar a violência é mentira. Dificultou para o bandido, que tem aí tido dificuldade hoje em assaltar, e muitos vêm perdendo a vida porque escolheram o caminho errado, o caminho do roubo, do assalto, enfim. Então, acho que é uma matéria que temos que defender. Protocolei um Projeto de Lei aqui para que os portadores de CACs tenham facilidade de obter o porte de arma, porque se ele já está apto a ter o CAC, já está qualificado para usar uma arma, para transportar uma arma, para caçar, para atirar, por que não teria um porte de arma? Acho que ia ajudar muito, e ia acabar com o conflito de alguns policiais ainda que não estão entendendo como é que está funcionando hoje o novo Decreto do CAC. Fiz um Projeto de Lei aqui, protocolei, e já havia um Projeto antigo, que vamos unir os projetos agora e vamos defender esse tema, para que quem sabe aprovemos aqui no Paraná, e vamos facilitar a vida das pessoas de bem que querem portar uma arma. Isso aí não faz mal para ninguém. Ao contrário, o que faz mal é bandido armado, porque

o bandido compra arma no contrabando, sem documento, ninguém sabe o que ele tem, onde ele está. E quem tem o CAC, o Exército tem todo controle de onde está essa arma. O Exército faz fiscalizações periódicas. Quem tem uma quantidade de armas superior a um número “x” de armas, ele faz essas visitas periódicas, sabe o quanto de munição está sendo vendido. Então, é muito melhor termos o controle de quem quer ter arma do que o da bandidagem, que não temos controle. Lembrando que a Polícia Federal tem apreendido em torno de 100 mil armas de contrabando por ano. Lamentavelmente, a famosa *Globo*, “*Globo Lixo*” continua fazendo matérias. Para quê? Para tentar desqualificar o CAC. Lamentável, *Rede Globo*, vocês têm tanta matéria importante a dizer da evolução no nosso País, de tantas obras de infraestrutura que estão sendo feitas, de tantos bilhões de dólares que estão entrando como investimento em nosso País, vocês perdem tempo para tentar criticar a pessoa de bem que é portadora de um CAC, pegando casos esporádicos de um ou outro bandido que tem o CAC que está fazendo coisa errada e querem juntar tudo em um pacote só. Lamento muito. É igual pegarmos um artista da Globo que é viciado em drogas e querer punir toda a emissora, já teria fechado a emissora. Então, não podemos punir meia dúzia por um número muito maior. Isso em qualquer profissão, inclusive na política. Temos que saber *separar o joio do trigo*, mas a *Globo* não separa nada de ninguém, ela é contra o Brasil e contra o Presidente Bolsonaro... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, concluiu? Pela Liderança do PT, com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero iniciar aqui cumprimentando nosso companheiro Nelson, de Campo Largo, que está aqui conosco, também Diretor-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da grande Curitiba, Diretor da Força Sindical, trouxe hoje um tema extremamente importante que queremos debater, já falamos com o Líder do Governo, e queremos debater na sequência. Antes, porém, Sr. Presidente, quero trazer três preocupações aqui. Três preocupações que já me referi a elas em momentos anteriores. A primeira com relação ainda à Unicesumar. A Unicesumar

foi contratada, a partir de uma licitação feita, para que coloque monitores e professores nos cursos que estão sendo ministrados agora, a partir do novo ensino médio. Deveria colocar um professor, não se sabe se a 100, 200, 300 professores disponíveis ou 20 professores, conforme falaram no início, que chegamos a um número que seria 1.085. O número de alunos seria de 1.085 alunos por professor, depois 700. Estamos aguardando. Vamos aguardar aquele contrato que ainda não foi publicizado. Bem da verdade é que nos primeiros dias de aula dos cursos técnicos não havia monitores nas salas. E recebi, Deputado Hussein, diversas ligações de diretores informando que não nos dois primeiros dias, não tiveram os monitores que deveriam ser contratados e colocados à disposição pela Unicesumar. E que hoje não colocariam pedagogos e professores da própria escola para cobrir essa falha. É lamentável, porque esse, Presidente, esse assunto já foi debatido anteriormente. O senhor que é de Londrina sabe que a Unicesumar não é uma universidade pequena, ela tem estrutura, mas a impressão que dá é que sempre o lucro vem antes daquilo que foi contratado, como sendo uma obrigação. Ou seja, colocar professores lá no estúdio e colocar monitores nas salas de aula. Vamos aguardar até esta semana, porque nos parece que este é um problema que o Governador Ratinho tem que dar uma solução. Não é só o Secretário Feder. Falamos muito do Secretário Feder, mas o Secretário Feder obedece ao Governador. Obedece a uma determinação do Governador. E na mesma linha de terceirização, privatizações que vem sofrendo o Paraná, recentemente também trouxemos aqui a preocupação com a exoneração, ou o fim do contrato, de 12 mil PSS que eram agente I e II. E a contratação depois de pessoas para fazerem os mesmos trabalhos, com salário menor, por meio de 11 ou 13 empresas que fazem intermediação de mão de obra. E uma delas, chamada *Speciale*, ou *Spéciale*, está em Goioerê, Cianorte, Ubatã e Toledo, está hoje em seu terceiro dia de greve, por não pagar salários, Sr.^s Deputados. Por não pagar salários. É uma vergonha, Deputado Galo, que uma empresa contrate funcionários terceirizados dentro das escolas e não pague os salários. Mas que empresa é essa que o Governador Ratinho não conhece? Que o Governador Ratinho não determina que corte o contrato? Que o Governador faça, como

tiveram que fazer no *ferryboat*, suspender o contrato para contratar uma nova empresa? Por que no *ferryboat* fizeram? Porque a pressão lá é muito grande. Porque a pressão lá é de uma população que tem poder aquisitivo. Agora, quando essas pessoas que ganham R\$ 1 mil por mês, ou R\$ 900 por mês nos relataram hoje que não têm vale-transporte, que o vale-transporte quando foi reclamado, Professor Lemos, lá em Goioerê e também em Toledo, a própria Secretaria da Educação, por meio do Núcleo, disse que se eles fizessem paralisação seriam todos demitidos. Que vergonha! Que vergonha a Secretaria da Educação dizendo que vai demitir quem reivindica aquilo que é o seu direito. Como que pode o Secretário Feder, o Governador Ratinho concordar que uma empresa dessa continue fazendo contratação e intermediação de mão de obra? Hoje estão em greve. O Professor Lemos e outros Deputados devem ter recebido um vídeo, inclusive de uma senhora falando que está há dois meses sem salário. Novecentos e oitenta reais. Dois meses sem salário. *Ah, mas a empresa está recebendo regularmente.* A empresa de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais, tem no Brasil inteiro. Parece que a única coisa que não tem é fiscalização sobre essas empresas. Terceiro dia de paralisação e o Núcleo vem com essa conversa que se fizerem greve, reivindicarem ou se deram publicidade, serão todos demitidos, depois de quase dois meses sem receber salário. Colégios de Goioerê, Cianorte, Ubatuba. Vi manifestação em frente à Seed, o Núcleo da Seed. Vi manifestações no Colégio Quintino Bocaiuva, está também lá com os seus funcionários sem poderem trabalhar. E aí fica uma pergunta, na Escola Polivalente, se não tem quem atenda à merenda, Professor Tercílio, se não tem quem atenda ao pátio, se não tem quem faça a limpeza as escolas dentro da sala de aula, dentro dos banheiros, quem vai fazer isso? Terceiro dia de greve. Quem vai fazer isso? Professores? Os funcionários? Lá de Cianorte a Chefe do Núcleo, o Chefe do Núcleo? Claro que não. Vai virar um caos. Então, fica aqui o registro, que não é admissível que uma empresa que recebe recursos, que tem o seu contrato pago todos os meses, fique dois meses sem pagar salário. Ameaça os funcionários se reivindicarem aquilo que lhe é devido e é direito. Temos também hoje uma situação que já colocamos aqui, e é por isso que o Nelson está

aqui, o Nelson de Campo Largo, tem filhos na escola de Campo Largo. O Prefeito de Campo Largo informou que havia uma determinação do Governo do Estado para que fosse feita uma readequação nas linhas de ônibus e que é necessário um corte nas linhas de ônibus. Falamos com o Deputado Hussein, não há orientação nenhuma para que isso seja feito. É verdade que temos um processo aqui, é verdade que temos um processo de readequação, Deputado Hussein, com as linhas. É verdade. É verdade que alunos estudavam, praticamente, em frente às suas escolas, mas também é verdade que alguns dos alunos foram colocados a uma distância tão grande que faz com que, e falei hoje, Deputado Hussein, com a pedagoga de uma escola, alunos que chegam meia hora depois de começada a aula, porque o ônibus anda tanto tempo com esses alunos, que eles não conseguem assistir às aulas. Alunos que têm que ficar, agora pelo georreferenciamento, sem condições de estarem próximos às suas casas. Então, falei hoje com o Líder do Governo. Não me parece que tenha havido, não sei, Deputado Hussein quer um aparte? Não me parece, Deputado Hussein, que tenha havido uma determinação do Governo para que fossem suspensos os roteiros. O que estamos pedindo? É que em Campo Largo seja feita uma readequação, como aliás é necessário, mas que seja feita uma Audiência Pública. Que sejam recebidos os pais desses alunos, que sejam ouvidas as pessoas diretamente envolvidas na comunidade. Alguns alunos que faziam, inclusive, o ensino técnico nesse novo modelo, inclusive perderam as condições de continuar fazendo esse ensino técnico, porque foram mudados de escolas. É claro que há sempre soluções para isso. Conversamos, como já falei aqui diversas vezes, conversamos hoje com o Líder do Governo. Conversamos com pedagogos. Estamos em contato com o Núcleo. Mas é o Prefeito de Campo Largo, obviamente, que tem as condições de resolver a situação. Por que digo que é o Prefeito de Campo Largo? Como quase todas as cidades, Deputado Galo, hoje as prefeituras estão com superávit. E por que estão com superávit? Porque ficaram dois anos sem gastar com transporte escolar. Dois anos sem gastar com a merenda como gastam agora. Dois anos sem ter que gastar com limpezas das escolas, com água, com luz, com telefone. Deveriam ter feito toda essa readequação nesse período. Não o

fizeram. Agora, quando estamos aí, praticamente, com uma semana de aula, começa a ter problema, porque justamente essas situações não foram resolvidas. Espero que possamos fazer, de comum acordo com a Secretaria da Educação, de comum acordo com a Comissão de Educação desta Casa e Comissão de Direitos Humanos, um entendimento para que as aulas voltem, os ônibus voltem aos roteiros originais, seja feita uma chamada, quem tem que fazer isso é o Prefeito, obviamente, a Câmara de Vereadores, a qual temo um grande respeito, mas a Câmara de Vereadores, por meio de uma Audiência Pública, possa fazer adequação e os erros que estão cometendo sejam corrigidos. E aquilo que for necessário ser feito, seja feito dentro da racionalidade. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero desejar uma semana abençoada a todos. De fato, estamos aguardando uma data. O Sr. Gugu, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Vice-Líder do Governo, demais colegas, Deputado Veneri que levantou o tema agora. Estamos aguardando uma data aqui, o Secretário virá aqui e vamos poder discutir essa questão do transporte escolar. Mas quero afirmar a V.Ex.^a que não houve nenhuma interrupção no transporte escolar. Nenhuma. Não houve. O Governo está fazendo normalmente esse pagamento. Claro que existe um pedido para melhorar mais o valor, mas tanto é verdade que várias cidades estão fazendo. Várias cidades. E vamos fazer um ofício aqui, até convido V.Ex.^a para assinar junto na Comissão de Educação para perguntar ao município de Campo Largo, ao Prefeito, o porquê dessa atitude. Pode contar comigo. A Comissão de Educação vai fazer isso. E estaremos trazendo também, Deputado Guerra, V.Ex.^a abordou a questão do corte, é muito importante esse tema que V.Ex.^a abordou, estaremos definindo uma data para vinda do Secretário Renato Feder para conversar com todos os Deputados aqui de Oposição, de Situação, enfim, porque é um tema muito importante tratarmos. Quem pediu, por gentileza.

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Por gentileza. Apenas corroborando a sua fala. É muito importante que façamos esse convite ao Secretário Feder, porque neste dia, nesta manhã, recebi várias indagações de diretores de escolas com relação a esse possível corte dos servidores das escolas estaduais. Então, é crucial que possamos trazer o Secretário aqui para que nos informe o motivo disso, afinal de contas muitas das escolas já têm um quadro reduzido, deficitário. Crucial. Obrigado, Líder.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Certo. Pode contar comigo. E vamos programar mais rápido possível. O Deputado Veneri pediu aparte?

Deputado Tadeu Veneri (PT): Só para corroborar com o que V.Ex.^a já colocou. Acredito que podemos, sim, fazer em comum, assino com V.Ex.^a o pedido para que a Prefeitura possa fazer Audiência, uma vez que o Governo está normalmente colocando os ônibus e que tenhamos uma readequação. Como falei, Deputado Hussein, algumas linhas precisavam ser readequadas. Várias pedagogas me falaram, algumas precisavam ser adequadas. Talvez nesse processo tenham ocorrido exageros. E aí, é voltar a ouvir as pessoas e fazer aquilo que todos querem. Aquilo que a Prefeitura quer, nós queremos, a Câmara quer, os pais querem, que é pacificar esse processo e que as aulas tenham seu seguimento. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Cinte comigo. E, se for necessário, inclusive até uma Audiência Pública podemos fazer. Deputado Arilson, por gentileza.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Tenho um pedido que foi feito hoje. Meu assessor conversou com o Nelson, que é morador de Campo Largo, solicitando uma Audiência Pública. Acho que está para ser marcada para segunda ou terça-feira. Então, se for o caso, somamos os esforços e pode fazer depois desse processo. E quero ajudar também nesse sentido e ouvir primeiro o Governo. Está bom?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Beleza. Já vou pedir para a minha assessoria entrar em contato com V.Ex.^a, a Comissão de Educação pode, por meio dela, fazer esse encaminhamento. Saudação ao Nelsão, da Força Sindical. Temos um profundo respeito por ele, pelo trabalho de toda a equipe. Quero me reportar aqui, foi tocado aqui nessa questão do concurso da Universidade Federal do Paraná. Vejam, gente, o Governo do Estado adotou todos os trâmites legais. Passou pela Controladoria, passou pela Procuradoria do Estado e se houve necessidade de algum aditamento do contrato, evidentemente que é por necessidade financeira. Vocês têm visto a quantidade de processo licitatório de prefeitura que virou uma loucura. Uma loucura. Máquinas dobraram de preço. Caminhões dobraram de preço. Os prefeitos estão em polvorosa que não sabem o que fazer, Deputado Tadeu. É impressionante. O caminhão custava 300 foi para 600. Não sei o que vai acontecer com o nosso País, mas essa é uma grande realidade, os custos aumentaram em tudo. Não sei se o caso desse concurso. Mas o fato concreto aqui é que passou por todos os sistemas de controle do Estado. Então, o Deputado que tratou do tema tenho um respeito profundo, está no papel dele. Evidentemente se a minha resposta não for a mais adequada, ele tem outros instrumentos para cobrar. Ele tem feito uso desses outros instrumentos e, assim, é um direito dele. Gostaria também neste momento de dizer que houve um retorno de 85% dos alunos na primeira semana. É muito importante. Quero aqui manifestar a importância do *Show Rural* de Cascavel. Cumprimentar todos que participaram. Só para terem uma ideia, o BRDE fechou R\$ 350 milhões em contratos de financiamentos, R\$ 350 milhões. O Estado apresentou um balanço de obras da Copel no Paraná Trifásico de R\$ 519 milhões. Enfim, é muito importante essa feira. Agora teremos logo a feira de Beltrão e teremos o fortalecimento da nossa economia. Quero só finalizar dizendo a todos que esta Liderança tem procurado aqui trazer todas as respostas necessárias a todos os Deputados, porque esse é o nosso papel. Contem conosco. Uma semana abençoada a todos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Pela Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar a população que acompanha a nossa Sessão. Cumprimento especial aqui ao Nelsão, uma liderança do movimento sindical que traz também uma pauta importante aqui para o debate no dia de hoje, que é assegurar o transporte escolar a todas as crianças sem sacrificar nenhum estudante no nosso Estado. Quero aqui pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas a um Projeto que protocolamos na data de hoje, que é o Projeto *Paraná Acolhe*, o *PR-Acolhe*. É o programa de proteção às crianças e adolescentes órfãos de vítimas da Covid. No mundo todo, mais de 1,5 milhão de crianças, só no primeiro ano da Covid, já estavam órfãos. No Brasil, já eram 130 mil, só no primeiro ano. Então, estamos com um contingente grande de crianças e adolescentes que perderam os pais, avós e ficaram órfãos e precisam da proteção do Estado. Aqui no Brasil alguns Estados já tomaram iniciativas muito boas. Tiveram iniciativas boas. Trago, como exemplo, o Rio Grande do Norte. Uma lei já aprovada, já sancionada. As crianças órfãs já estão sendo acolhidas pelo Estado, pelo poder público no Rio Grande do Norte. Tomamos como exemplo essa lei já publicada no Rio Grande do Norte e recebemos aqui a assinatura de Deputados como autores comigo deste Projeto: Deputado Soldado Fruet, Deputado Arilson Chiorato, Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Requião Filho, o Deputado Goura e o Deputado Boca Aberta Junior. Quero agradecer aos Deputados e à Deputada Luciana que assinaram comigo este Projeto, e queremos o apoio de toda Assembleia Legislativa para que possamos dar segurança a essas crianças. Acolhê-las, protegê-las até a maior idade para que possam ter vida e vida digna. Que, no mínimo, recebam o salário mínimo nacional por mês até alcançar a maior idade. São crianças e adolescentes que perderam os pais vítimas da Covid-19. Quero também aqui, Sr. Presidente, tratar da greve dos funcionários de escolas que foram terceirizados. Lembra que nós, da Oposição, nesta tribuna, falamos que estava errada aquela lei provada no final de 2020, que permitiu terceirizar a contratação de funcionário de escolas. Aquela lei que revogou o cargo, a carreira do funcionário de escola Agente I e Agente II. Dissemos aqui que estava errado, mas a maioria dos Deputados desta Casa votou

a favor desse Projeto. Ele foi aprovado e o Governador ficou autorizado. É por isso que o Secretário da Educação contratou 13 empresas de diferentes lugares, diferentes Estados, e entregou a elas o dinheiro do Estado para elas contratarem funcionários e oferecerem para trabalhar nas escolas. E ficou mais caro. Lembram-se que diziam aqui como justificativa por parte do Governo que ia ficar mais barato, por isso que o Governo queria terceirizar. Mentira, ficou mais caro! O Governo gastava em torno de 18 milhões por mês com a contratação de 11.300 funcionários de escolas. Agora, com as 13 empresas terceirizadas, o Governo gasta mais de 30 milhões por mês, mais de 30 milhões por mês com apenas 8 mil funcionários. E aí está faltando funcionário. Os funcionários estão recebendo um salário menor, os direitos não estão sendo respeitados, boa parte deles sequer recebe o salário. Por que estão em greve os funcionários de escolas do Núcleo de Educação de Toledo e de Cianorte no dia de hoje? Porque há dois meses não recebem os salários, noutros núcleos também tem funcionário sem receber salário. Não é só no núcleo de Cianorte e de Toledo, tem em outros municípios também, só que lá ainda não estão em greve, mas certamente vão entrar também, porque estas empresas estão recebendo dinheiro público, dinheiro da educação e não estão sequer pagando em dia os funcionários. Outra coisa: a reclamação dos diretores e diretoras das escolas é que esses funcionários e funcionárias abandonam, não aguentam essas empresas e aí já são poucos funcionários à disposição das escolas, e eles abandonam e a escola fica sem funcionários. Então, isso é um absurdo, é uma imoralidade, precisa ser corrigida o quanto antes. Já fiz requerimento dirigido ao Governador solicitando a ele que suspenda essa terceirização, porque isso só é bom para essas empresas que estão tendo lucro com o dinheiro da educação. E dinheiro público e da educação tem que ser sagrado, não pode ser transferido para empresários ficarem ricos com esse dinheiro e a educação ser maltratada como está sendo maltratada. Então, fica aqui, esse apelo: que o Governo suspenda essa terceirização, faça contrato direto pelo Estado, contrate mais funcionários, o suficiente para atender às escolas, e, gastando menos, economizando e não jogando dinheiro no bolso desses que já são ricos e que não precisam do dinheiro público. Quero também cobrar, mais

uma vez, o pagamento das promoções e progressões dos quinquênios e anuênios que o Governo não pagou. Tem professor, tem funcionários de escolas que não receberam as promoções de 2021 nem as progressões, e também têm quinquênios e anuênios para receber e não receberam. Lembram-se que dissemos aqui, nesta tribuna, que se aprovasse a LDO com aquele artigo 37, que é a LDO do ano passado, ia prejudicar o servidor público? Pois lá diz que aquele tempo, desde a publicação da LDO, que foi no dia 15 de dezembro de 2020, até 31 de dezembro de 2021, esse tempo não será contado para promoção nem para progressão, nem para anuênio nem quinquênio. Precisa revogar esse artigo 37. O Governo assumiu o compromisso de revogar, mas não mandou para esta Assembleia o Projeto para revogar. Se não revogar o artigo 37 não pode fazer promoção, progressão nem implementar quinquênio e anuênio. Então, é urgente, por isso o nosso apelo aqui para que o Governo mande esse Projeto o quanto antes, para corrigir essa brutal injustiça contra o servidor público do Estado do Paraná, em especial da educação, que precisa das promoções, progressões, quinquênio e anuênio. E para encerrar, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, falar, da importância da nossa Polícia Militar, dos Bombeiros Militares que estão em movimento, estão mobilizados, inclusive, mais uma vez aqui em frente à Assembleia, acampados, em frente ao Palácio, acampados. Teve uma reunião importante na semana passada com representantes dos policiais e bombeiros e o Governo assumiu o compromisso de montar uma Comissão de trabalho para em um prazo de 90 dias elaborar uma proposta para mandar para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, para concluir, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Então, esta Comissão, reunida no Palácio na semana passada, recebeu a informação de que o Governo instituiria uma Comissão oficial com representantes dos policiais militares para, em 90 dias, elaborar uma proposta para mandar para a Assembleia, corrigindo a lei que regulamentou no Paraná o subsídio. Quero fazer

aqui um apelo para que não demore 90 dias, porque a partir de 1.º de abril deste ano não pode aprovar leis ou implementar leis nesse sentido. Tem que ser antes! E o estudo o Governo já fez. Tem um requerimento da minha autoria que é de 2020, respondido em 2021, pelo Estado Maior, pelo comando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, seu tempo encerrou. Pois não, vou lhe conceder mais 30 segundos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Muito obrigado. Então, este requerimento veio com uma resposta lá do Estado Maior. Veio com resposta lá do Comando Geral, dizendo que assiste razão ao requerimento que fiz e o Governo precisa corrigir essas injustiças com os praças da Polícia Militar do Paraná. Espero que venha antes do período eleitoral para corrigir essa injustiça... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ofício do Tribunal de Justiça **(Protocolado sob o n.º 321/2022)** encaminhado pelo Presidente, Desembargador José Laurindo de Souza, encaminhando para apreciação desta Casa o incluso Projeto de Lei que altera a redação do art. 136 da Lei Estadual n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná - Na verdade, ele está fazendo uma alteração ao Projeto anterior (Projeto autuado sob o n.º 14/2022) já encaminhado a esta Casa e com a leitura já feita. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PSL), Cristina

*Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bühner (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (**52 Parlamentares**); **Deputado ausente sem Justificativa:** Artagão Junior (PSB); **Deputado ausente com Justificativa:** Maria Victória (PP).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 21/2022**, do Deputado Tiago Amaral, que reconhece no Estado do Paraná a atividade dos colecionadores, atiradores e caçadores como atividade de risco, configurado efetiva necessidade e exposição a situação de risco à vida e incolumidade física, conforme os termos do art 10 da Lei Federal n.º 10826/2003; **Autuado sob o n.º 22/2022**, dos Deputados Maria Victória e Elio Rusch, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Anatalício Ridsen Júnior; **Autuado sob o n.º 23/2022**, do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Esporte Feminino, com sede no município de Chopinzinho; **Autuado sob o n.º 24/2022**, do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Otto Santos da Cunha; **Autuado sob o n.º 25/2022**, do Deputado Plauto Miró, que reconhece o risco da atividade e efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirado desportivo integrante de entidade de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do art. 6.º

da Lei Federal n.º 10826/2003; **Autuado sob o n.º 26/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina de Prefeito Roberto Goedert o trevo que liga a PR-281 à PR-471, dando acesso ao município de Nova Esperança do Sudoeste; **Autuado sob o n.º 27/2022**, do Deputado Professor Lemos, que institui o Programa Estadual de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 (PR Acolhe).

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Comunicado: Comunico aos Sr.^s Deputados que, em razão da eleição do Deputado Delegado Fernando Martins como 3.º Presidente da Assembleia Legislativa, o cargo de Presidente da Comissão de Segurança Pública ficou vago, tendo em vista o impedimento do art. 26 do Regimento Interno. Nesse sentido, convoco os membros remanescentes da Comissão de Segurança Pública para que se reúnam no dia 15 de fevereiro de 2022 para eleição do sucessor, na forma do §30 do art. 73 do Regimento Interno desta Casa. Local: Auditório Legislativo.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos três Redações Finais e faremos votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 276/2021, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva de Airsoft de Toledo, com sede no município de Toledo.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 505/2021, de autoria dos Deputados Do Carmo e Boca Aberta Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos do Meio Ambiente e Animais de Rua, com sede no município de Campina da Lagoa, Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 566/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições

Gaúchas - CTG Posteiro dos Mananciais de Pinhais, com sede no município de Pinhais.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 4 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 170/2021, de autoria do Deputado Coronel Lee, que dispõe sobre o Programa Vizinho Solidário e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo Geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Galo e Homero Marchese. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Homero Marchese e Maria Victória (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 415/2020, de autoria do Deputado Galo, que altera a Lei n.º 19701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica e direitos da gestante e da parturiente, para incluir o direito de as gestantes e parturientes surdas ou com deficiência auditiva serem acompanhadas por um intérprete de língua brasileira de sinais. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Anibelli Neto, Artagão Junior e Maria Victória (4 Deputados).*] **Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 415/2020.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 426/2021, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia Estadual do Panificador, a ser celebrado anualmente no dia 8 de julho. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Apesar de que todo dia é dia do panificador, que nos traz o pãozinho quente. Acho que é importante este Projeto, vou votar “*sim*”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Maria Victória e Requião Filho (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 426/2021.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 1/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referentes ao mês de abril de 2021. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham os votos os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito importante, voto “*sim*”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada:

[Votaram Sim: *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Artagão Junior, Homero Marchese e Maria Victória (4 Deputados).*]
Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 1/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos dos Deputados Goura, Homero e Mabel. **(Requerimento n.º 90/2022,** do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica; **Requerimento n.º 98/2022,** do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente à Cohapar, conforme especifica; e **Requerimento n.º 104/2022,** da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo informações acerca dos andamentos dos concursos para praças e cadetes da Polícia Militar e dos Bombeiros do Paraná.) Como encaminha o Líder?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Houve um consenso com os respectivos Deputados e Deputada no sentido de transformação em envio de expediente, pelo qual voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Devidamente encaminhado. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 124/2022, do Deputado Hussein Bakri, requerendo a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 19/2022.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero justificar aqui a importância. Conversei, inclusive, com a Oposição, precisamos dar celeridade. É um Projeto que tem uma emenda que vai possibilitar o pagamento do vale-alimentação aos policiais penais. Na verdade, vai haver uma correção. Peço a compreensão dos colegas Deputados aqui, na CCJ, nas demais Comissões, que queremos incluir, o Governo quer incluir esse pagamento ainda este mês em folha complementar. Então, é necessário, queria pedir compreensão, porque sabemos que cada um tem o direito de pedir vista, enfim, vários argumentos, a Oposição tem esse direito, mas acho que é uma tese que é importante para todo mundo, porque houve uma nomenclatura diferente e precisamos corrigir para poder receber o vale-alimentação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não faremos nenhum tipo de obstrução até porque temos pleno acordo de que é necessário que seja votado da forma mais célere possível. Só pediria depois, na sequência, *pela ordem*, Sr. Presidente, por outra coisa, mas quanto a isso não temos nenhum óbice.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): É *pela ordem*, apenas?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para comunicar, Sr. Presidente, e V.Ex.^a conheceu, com certeza, o Deputado Romanelli também, e alguns Deputados aqui conheceram o Wilson Previdi. É um companheiro nosso com mais de 80 anos, filiado ao Partido Comunista. Seu pai foi um dos fundadores, seu avô fundador do Partido Comunista aqui no estado do Paraná, faleceu agora à tarde. Acho que essa é uma pessoa que deixa uma história, os Previdi foram meus padrinhos de casamento. São mais de 40 anos no Banco Brasil e deixa uma história para todos nós. Fez todas as boas lutas e agora parte para outro plano, mas deixou uma história para nós. Então, fica aqui, à sua família, a todos os seus amigos, fica o reconhecimento à luta dos Previdi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Devidamente registrado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Quero me associar ao voto de pesar do Deputado Tadeu Veneri porque conheci também o Wilson Previdi, bancário a vida toda, uma grande liderança sindical e ao mesmo tempo um homem de defesa muito forte das ideias e ao mesmo tempo participou intensamente do processo do fim de ditadura militar no nosso País, defendendo a democracia, a liberdade e a justiça social em todas as suas formas. Então, associo-me aqui e lamento o falecimento, e os Previdi indiscutivelmente deixam um grande legado pelo exemplo de vida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está aprovado o regime de urgência. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 86/2022, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de José Tadeu Siqueira Taques; **Requerimento n.º 87/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de louvor à Rádio Paiquerê de Londrina; **Requerimento n.º 88/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e envio de voto de congratulações à Juíza Zilda Romero; **Requerimento n.º 89/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e envio de voto de congratulações aos profissionais da saúde do Hospital Evangélico de Londrina; **Requerimento n.º 91/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo encaminhamento a manifestação do Ex.^{mo} Sr. Comandante-Geral da PMPR sobre a implantação do limite máximo de carga horária de trabalho dos militares estaduais; **Requerimento n.º 92/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e ao Presidente do Instituto Água e Terra, Sr. Everton Souza, conforme especifica; **Requerimento n.º 93/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando registro e envio de menção honrosa à Revista D’Ponta; **Requerimento n.º 96/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando registro e envio de votos de congratulações ao Assentamento Luiz Carlos Prestes; **Requerimento n.º 97/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica; **Requerimento n.º 100/2022**, do Deputado Nelson Luersen, solicitando envio de expediente à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, requerendo apoio aos produtores rurais do Estado do Paraná atingidos pela forte estiagem; **Requerimento n.º 101/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Fundação Educacional do Estado do Paraná – Fundepar, conforme especifica; **Requerimento n.º 105/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de voto congratulações com menção honrosa ao Sr. Gean Sampaio de Melo; **Requerimento n.º 106/2022**, do Deputado Soldado Adriano José,

solicitando envio de voto congratulações com menção honrosa ao Pastor Jacson Rodrigo Ferreira; **Requerimento n.º 107/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil, requerendo a instalação de um posto do SAMU n município de Iporã; **Requerimento n.º 108/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa para a União da Mocidade da Assembleia de Deus de Rio Branco do Sul; **Requerimento n.º 118/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo providências urgentes na reforma emergencial do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi – EFM do município de Vitorino, do núcleo regional de Pato Branco; **Requerimento n.º 119/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de congratulações e aplausos ao Sr. Claudio Alain do Carmo; **Requerimento n.º 120/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de congratulações e aplausos à Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – Coopavel; **Requerimento n.º 121/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Senhora Mirian Ramos Fiorentin; **Requerimento n.º 122/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de congratulações com menção honrosa para a Escola Bíblica de Obreiros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba; **Requerimentos n.ºs 123, 127 a 129, 131 a 135 e 137 a 141/2022**, do Deputado Plauto Miró, encaminhando votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Ademir Mainardes, Arnaldo Gonçalves de Freitas, Elpidio Fabricio, Nelson Indrejeczak, Dante Bernert Machado, Dolores dos Santos Ferreira, Eunice Aparecida Natel Godoy, Leonice Kodum, Maria Otilia Tertuliano de Andrade, Rosemeri Schade, Ivete Silva Ribas, Leonilda de Souza Marques, Maria Antônia Marques, e Rosa Halma Kozeczen; **Requerimento n.º 126/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o registro e envio de menção honrosa para o Coral Arquidiocesano de Maringá, por meio de Denise Pimentel e Elton Osvaldo Cunico; **Requerimento n.º 130/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de José Guilhermino Filgueiras; **Requerimento n.º 136/2022**, do Deputado Luiz Fernando

Guerra, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel, convidando-lhe para uma Audiência Pública presencial na sede da ACAMSOP, em Francisco Beltrão.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 94/2022, da Deputada Maria Victória, requerendo a constituição de Frente Parlamentar de Conscientização de Doenças Raras; **Requerimento n.º 99/2022**, dos Deputados Maria Victória e Alexandre Curi, requerendo a retificação do Requerimento n.º 47/2022, de autoria da Deputada Maria Victória, para a inclusão da coautoria do Deputado Alexandre Curi; **Requerimento n.º 102/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, requerendo que seja comunicado que a Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT indica o Deputado Tadeu Veneri para compor, na condição de Suplente, a Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2021; **Requerimento n.º 109/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 104/2021, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 110/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 570/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 111/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 558/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 112/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 545/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 113/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 347/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 114/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 111/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 115/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 78/2020, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 116/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a

inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 667/2019, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 117/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 247/2019, de autoria do Deputado Subtenente Everton; **Requerimento n.º 125/2022**, do Deputado Homero Marchese, requerendo arquivamento do Requerimento n.º 7526/2021; **Requerimento n.º 142/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a conclusão da composição e início das atividades da Comissão Especial para Análise da Proposta de Emenda Constitucional n.º 3/2021.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 95/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária no dia 8 de fevereiro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 103/2022**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária no dia 8 de fevereiro de 2022.

Requerimento arquivado.

Requerimento n.º 7526/2021, do Deputado Homero Marchese, solicitando registro e envio de menção honrosa à Associação Coral Arquidiocesano de Maringá. **Arquivado por solicitação do autor, conforme Requerimento n.º 125/2022, desta Sessão Ordinária.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 15 de fevereiro de 2022, à hora e regimental, com a seguinte

Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Lei n.º 625/2021; 2.ª Discussão do Projeto de Resolução n.º 1/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 173/2021 e 740/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h34, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)